



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
AO SENHOR CÉSAR IVÁN FERIS IGLESIAS
NOVO EMBAIXADOR DA REPÚBLICA DOMINICANA
POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DAS CARTAS CREDENCIAIS**

26 de Maio de 1997

Senhor Embaixador

1. Recebo-o com muito prazer, neste solene acto de apresentação das Cartas Credenciais que o acreditam como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Dominicana junto da Santa Sé, e agradeço-lhe sinceramente as amáveis palavras que teve por bem dirigir-me.

Antes de tudo, desejo retribuir a deferente saudação que o Senhor Presidente da República, Doutor Leonel Fernández Reyna, quis fazer-me chegar por meio de Vossa Excelência. Peço que tenha a bondade de lhe transmitir os meus melhores votos pelo feliz desempenho do seu mandato.

2. Vossa Excelência vem representar uma Nação que tem muitos vínculos com a Igreja católica e com esta Sé Apostólica. Nota de honra para a República Dominicana é o facto que, no início da Evangelização do continente americano, no seu solo se celebrou a primeira Missa naquelas terras, e — como recordei no ano passado —, se administraram os primeiros baptismos de indígenas no Novo Mundo. Hoje a Igreja nesse País, fiel às exigências do Evangelho e com o devido respeito pelo legítimo pluralismo, reafirma a sua vocação de serviço às grandes causas do homem como cidadão e filho de Deus. Neste sentido, os princípios cristãos constituem uma sólida esperança e infundem um renovado dinamismo à sociedade, para que prevaleça a laboriosidade, a honestidade e o espírito de participação a todos os níveis.

3. Por outro lado, a Santa Sé alegra-se pelas boas relações entre a Igreja e o Estado, e formulo ardentes votos por que continuem a incrementar-se no futuro. Ambas têm um sujeito ou destinatário comum que é a pessoa humana, a qual, como cidadão, é membro do Estado e, como baptizado, da Igreja católica. De facto, existe um amplo campo no qual confluem e se inter-relacionam as próprias competências e acções. Razão por que não se trata, de modo algum, de pretender privilégios para a Igreja, mas sim de ordenar as mútuas relações em benefício dos cidadãos.

Deste modo, a Igreja pode levar a cabo a sua obra de evangelização e de promoção humana. Ela só quer poder prosseguir a sua missão de serviço com renovado vigor, materna solícitude e contínua criatividade. Assim se deve considerar a acção que ela realiza através dos movimentos de apostolado e, por outro lado, no campo sanitário e nas escolas católicas, o que merece um justo reconhecimento e apoio por parte do Estado.

4. Em muitas partes do mundo verifica-se uma crise de valores, que afecta instituições, como a família, e amplos sectores da população, como a juventude e o complexo mundo do trabalho. Diante disto, é urgente que os dominicanos tomem maior consciência das suas próprias responsabilidades e, diante de Deus e dos deveres civis, se esforcem por continuar a construir uma sociedade mais justa, fraterna e acolhedora. Para isso, a concepção cristã da vida e os ensinamentos morais da Igreja oferecem alguns valores, que devem ser tomados em consideração por aqueles que trabalham ao serviço da Nação.

Antes de tudo, deve-se recordar que o ser humano é o primeiro destinatário do desenvolvimento. Embora no passado este conceito fosse pensado exclusivamente em termos económicos, hoje é óbvio que o desenvolvimento das pessoas e dos povos deve ser integral. Isto é, o desenvolvimento social deve ter em conta os aspectos políticos, económicos, éticos e espirituais.

5. Um problema crucial actual, e que se manifesta de modo muito concreto na América Latina, é o das grandes desigualdades sociais entre ricos e pobres. Não se deve esquecer que os desequilíbrios económicos contribuem para a progressiva deterioração e perda dos valores morais, que provoca muitas vezes a desintegração familiar, a permissividade nos costumes e o pouco respeito pela vida.

Diante disto é urgente considerar como objectivos prioritários a recuperação desses valores, com medidas políticas e sociais que fomentem um emprego digno e estável para todos, de modo que se supere a pobreza material em que vivem muitos dos habitantes, se fortaleça a instituição familiar e se favoreça o acesso de todas as camadas da população ao ensino. Por isso é inelutável dedicar um cuidado especial à educação para os verdadeiros valores morais e do espírito, mediante programas educativos que difundam estes valores fundamentais numa sociedade que, como a sua, está enraizada nos princípios cristãos. Por esta razão, as diversas instâncias públicas têm a responsabilidade de intervir em favor da família e, no que concerne à

orientação demográfica da população, nunca devem recorrer a métodos que não respeitem a dignidade da pessoa e os seus direitos fundamentais.

No mundo de hoje não basta limitar-se à lei do mercado e à sua globalização; deve-se fomentar a solidariedade. Por isso, é necessário promover um desenvolvimento com equidade. A este respeito, escrevi na Encíclica *Centesimus annus* que «Deus deu a terra a todo o género humano, para que ela sustente todos os seus membros sem excluir nem privilegiar ninguém» (n. 31). Portanto, um modelo de desenvolvimento que não tivesse presente nem enfrentasse com decisão essas desigualdades, não poderia prosperar de modo algum.

Ao mesmo tempo, está-se a tomar consciência da necessidade de harmonizar as políticas económicas com as sociais. Não têm futuro aqueles que, buscando resultados exclusivamente económicos, marginalizam o social, nem aqueles que defendem políticas sociais que não são realistas nem sustentáveis. Com a experiência diária de milhares de instituições ligadas à Igreja católica, pode-se afirmar que o desenvolvimento equilibrado, orientado para o bem comum, será autêntico e contribuirá, inclusive a longo prazo, para a estabilidade social. Uma sociedade, pois, que não esteja ancorada em sólidos valores éticos vaga à mercê, isenta do fundamento essencial sobre o qual se deve construir, de modo duradouro, o tão desejado desenvolvimento social.

6. A integração social só é possível se se supera a falta de confiança da população na administração da justiça, nas forças de segurança e inclusive nos representantes políticos do povo. Nada leva mais à desintegração de uma sociedade que a corrupção e a sua impunidade. Por isso, o esforço por um autêntico desenvolvimento social exige que se fortaleçam os valores democráticos, o respeito universal dos direitos humanos inerentes a cada ser humano, pelo simples facto de ser pessoa, e um correcto funcionamento do Estado de direito.

É necessária, pois, a consolidação da família, procurando preservar e favorecer os seus direitos, as capacidades e as obrigações dos seus membros. Por essa razão, deve-se prestar atenção particular aos grupos mais vulneráveis da sociedade, por causa das peculiares necessidades que experimentam ou da discriminação que sofrem. Por um lado, as mulheres — especialmente as que têm a responsabilidade de um lar —, os anciãos e as crianças. Por outro, os deficientes, os doentes de sida, as populações indígenas e outras minorias étnicas, os emigrantes e refugiados. A respeito disso, as instituições da Igreja católica oferecem um contributo significativo ao esforço comum por fomentar uma sociedade mais justa e mais atenta às necessidades dos seus membros mais fracos.

7. Antes de concluir este encontro desejo expressar-lhe, Senhor Embaixador, os meus melhores votos para que a missão, que hoje tem início, seja fecunda em copiosos frutos e êxitos. Peço-lhe, de novo, que se faça intérprete dos meus sentimentos e esperanças junto das Autoridades do seu País, enquanto invoco a bênção de Deus sobre Vossa Excelência, sobre a sua distinta família e colaboradores, e sobre os amadíssimos filhos da nobre Nação dominicana.

© Copyright 1997 - Libreria Editrice Vaticana

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana